

Moçambique: o que está em jogo e o que se deve mudar

GUSTAVO PLÁCIDO DOS SANTOS

Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança (IPRIS)

A Comissão Nacional de Eleições (CNE) divulgou os resultados das eleições presidenciais e legislativas ao fim de duas semanas de apuramento dos resultados.¹ As alegações de fraude têm sido recorrentes e os resultados finais foram já rejeitados pelas principais forças da oposição, a Renamo e o MDM. Há no entanto que reconhecer que os dois partidos da oposição optaram por recorrer a meios legais por oposição à acção armada. A Renamo, que viu o seu pedido de impugnação das eleições junto da CNE considerado “improcedente”, pretende agora recorrer ao Conselho Constitucional. O MDM, por seu turno, já o fez.² Não é, no entanto, provável que seja dada razão aos dois maiores partidos da oposição. Nessa medida, estará a Renamo disposta a concentrar as suas energias no exercício de oposição política até às próximas eleições?

Uma nova geração de jovens moçambicanos, maioritariamente urbanos, promete beneficiar os partidos que representarem uma alternativa ao *statu quo* bipartidário—o MDM demonstrou essa lógica nas eleições autárquicas de 2009, apesar dos resultados menos favoráveis nestas últimas eleições. Sendo assim, uma Renamo liderada pelo seu líder histórico, Afonso Dhlakama, enfrentará o ‘obstá-

culo geracional’ na sua procura por maior representação política, o que possivelmente implicará perda de poder e influência política. Não obstante, sendo que a repetição das eleições é algo altamente improvável e que as próximas terão lugar dentro de cinco anos, esta poderá ser a última oportunidade para o sexagenário Dhlakama garantir o tão desejado acesso ao poder e os benefícios inerentes.

Detentor de vastas reservas de carvão, que perfazem a maior fonte de riqueza nacional, Moçambique detém ainda as terceiras maiores reservas provadas de gás natural em África. Acresce que é estimado que a partir de início da década de 2020 Moçambique terá o maior aumento na sua produção na África subsariana.³ O gás natural poderá vir a render mais de 115 mil milhões de dólares ao longo dos próximos 25 anos,⁴ sendo que, em termos de receita fiscal, só no último ano o Governo obteve desta indústria cerca de mil milhões de dólares.⁵ Este é o grande prémio que certamente faz parte do leque de motivações de Dhlakama e do seu círculo próximo no sentido de contestar os resultados das eleições e a hegemonia da Frelimo.

1 A Frelimo garantiu 55,97% da representação no Parlamento e o seu candidato presidencial, Filipe Nyusi, venceu as presidenciais com 57,03% dos votos. “Moçambique: Renamo não reconhece resultados e vai impugnar eleições” [Lusa via TSF, 30 de Outubro de 2014].

2 “CNE de Moçambique rejeitou recurso da Renamo” [RFI, 4 de Novembro de 2014].

3 Ver “Africa Energy Outlook: A focus on energy prospects in sub-Saharan Africa” (IEA, 2014) e “Mozambique” (U.S. Energy Information Administration, Julho de 2014).

4 “Mozambique’s Natural Gas Revenue To Exceed \$100bn” (Ventures Africa, 20 Outubro 2014). O Governo de Maputo assinou acordos preliminares para vender gás natural liquefeito a diversos países asiáticos. Ver “Asian buyers line up for Mozambican LNG with new deals” (Reuters, 31 de Outubro de 2014).

5 “Sector mineiro deu a Moçambique 1,3 mil milhões de dólares em dois anos” [Lusa via RTP, 20 de Maio de 2014].



O impasse no desarmamento e na integração dos combatentes da Renamo nas forças armadas e policiais moçambicanas, no âmbito do acordo de cessação de hostilidades—assinado a 5 de Setembro, após a mais grave onda de violência desde a assinatura do Acordo Geral de Paz de 1992—aumenta a probabilidade de um recomeço dos confrontos armados. Uma resposta negativa do Conselho Constitucional poderá mesmo dar origem a uma ofensiva ainda mais alargada do que aquela que assolou recentemente o país. A Renamo mostra pouca vontade de abdicar do instrumento que lhe confere maior poder político, i.e. o seu braço armado. De facto, a incapacidade de se cumprir o acordo põe em risco qualquer esperança de um entendimento bipartidário pós-eleitoral, o qual tinha ganho força com a afirmação de Dhlakama de que não haveria “mais guerra em Moçambique”, apesar da rejeição dos resultados e alegações de fraude.⁶

Na eventualidade do Conselho Constitucional rejeitar os pedidos, torna-se necessário evitar o aumento de tensões, o que, olhando para a história de Moçambique, requer soluções inéditas. Um entendimento partidário, que consista na inclusão de membros da oposição no Governo seria, à primeira vista, a melhor alternativa. Contudo, esta solução não garante, à partida, a concretização dos objectivos da Renamo. Por outro lado, uma mudança geracional nas lideranças partidárias seria certamente benéfico para o aprofundamento da democracia. A Frelimo mudou com a nomeação de Filipe Nyusi.⁷ Resta agora a Renamo fazer o mesmo.

Não querendo menosprezar a responsabilidade da Frelimo nas tensões em Moçambique, o afastamento do líder histórico da Renamo marcaria certamente uma transformação no contexto nacional. Uma liderança composta por individualidades pertencentes a uma nova geração que não participou na guerra—em oposição à actual—garantirá maiores hipóteses de sucesso no processo de desarmamento e na integração dos combatentes da Renamo. Da mesma forma, garante ainda a possibilidade de maior capacidade de entendimento com os outros partidos da oposição, em particular o MDM, no sentido de em conjunto disputar o domínio político da Frelimo. Novas abordagens são de facto precisas para se terminar com a imutabilidade de décadas de tensões entre os dois grandes movimentos históricos de Moçambique.

6 “Dhlakama contesta eleições mas afasta cenário de guerra” (*Diário de Notícias*, 18 de Outubro de 2014).

7 Não obstante, apesar de ter nomeado Nyusi como candidato presidencial, a Frelimo mantém Armando Guebuza como líder. Assim, Guebuza continua a ter um nível considerável de poder e influência sobre os assuntos políticos e económicos do país.

EDITOR | Paulo Gorjão

EDITOR ASSISTENTE | Gustavo Plácido dos Santos

DESIGN | Atelier Teresa Cardoso Bastos

Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança (IPRIS)
Rua da Junqueira, 188 - 1349-001 Lisboa
PORTUGAL

<http://www.ipris.org>
email: ipris@ipris.org

IPRIS Comentário é uma publicação do IPRIS.

As opiniões expressas são da exclusiva responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente as opiniões do IPRIS.

Gold Sponsor



Silver Sponsor



Parceiros



Mecenas

